

CONFLITO DE CLASSES NO BRASIL DE 2003 A 2014: DA ESTABILIDADE RELATIVA À INSTABILIDADE DO GOVERNO

Class conflict in Brazil from 2003 to 2014: from the relative stability to the government's instability

Rafael Polari de Alverga **KRITSKI**
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil
rafaelkritski@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-4502-7034> 

Mais informações da obra no final do artigo ●

RESUMO

Este artigo objetiva analisar o conflito político no Brasil entre os anos de 2003 e 2014, a partir da perspectiva do conflito distributivo de classes. Identifica-se um padrão no conflito de classes entre os anos de 2003 e 2012, fundamentado na triagem de literatura sobre os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e início do governo Dilma Rousseff, apontando algumas conclusões sobre o período. Considera-se que, em 2012, o governo federal abriu confronto com o capital financeiro e buscou apoio nos setores industriais da burguesia, sem sucesso. Aponta-se que o ano de 2013 marcou uma inflexão na conjuntura política. Observam-se sinalizações de afastamento de setores da burguesia durante o processo eleitoral de 2014. Conclui-se que o governo Dilma Rousseff foi reeleito com fissuras em sua legitimidade.

PALAVRAS-CHAVE: Conflito de classes. Conflito político. Burguesia. Dilma Rousseff.

ABSTRACT

This article aims to analyze the political conflict in Brazil between 2003 and 2014, from the perspective of distributive class conflict. A pattern in the class conflict between the years 2003 and 2012 is identified, based on the literature sorting about the governments of Luiz Inácio Lula da Silva and the beginning of the Dilma Rousseff's administration, pointing out some conclusions about the period. It is considered that in 2012, the federal government opened a confrontation with financial capital and sought support in the industrial sectors of the bourgeoisie, without success. It is pointed out that the year of 2013 marked an inflection in the political conjuncture. Signs of a departure from sectors of the bourgeoisie are seen during the 2014 electoral process. The conclusion is that the Dilma Rousseff's government were reelected under fissure at its legitimacy.

KEYWORDS: Class conflict. Political conflict. Bourgeoisie. Dilma Rousseff.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta resultados parciais de minha pesquisa de mestrado, cujo objeto é o impeachment de Dilma Rousseff, considerado um golpe de Estado¹. Compreendendo as limitações de uma abordagem que isola a institucionalidade jurídico-política do conflito político, pois “as instituições são simultaneamente *resultados, arenas e partícipes* da luta política” (MIGUEL, 2017, p. 53-54, grifos do autor), analiso a relação entre o golpe que derrubou Dilma Rousseff e o conflito distributivo de classe² no Brasil contemporâneo, debruçando-me, principalmente, sobre a ação da grande burguesia³.

Este trabalho apresenta uma parte da investigação, abrangendo o período entre a posse de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente da república (2003) até a reeleição de Dilma Rousseff (2014). Portanto, este trabalho apresenta uma análise do conflito de classes durante os dois mandatos de Lula e o primeiro de Dilma.

Apesar do recorte evidente entre os governos Lula I e II e Dilma I, opto por delinear as seções deste artigo a partir de marcos no padrão do conflito de classes: um período que abrange de 2003 a 2012, marcado por relativa estabilidade; em sequência, o acirramento do conflito de classes entre 2012 e 2013; e a expressão do conflito distributivo de classes na eleição presidencial de 2014.

2 A ESTABILIDADE RELATIVA NO CONFLITO DE CLASSES NO BRASIL (2003 – 2012)

Compreendo que a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da república representa um marco de alteração no padrão do conflito distributivo de classes no Brasil

¹ A análise se a deposição de Dilma Rousseff correspondeu ou não a um golpe de Estado é um debate em aberto na ciência política, sem consenso na área. Dado o escopo deste artigo, não argumentaremos sobre a posição tomada, detalhadamente trabalhada na dissertação de mestrado; todavia, reitero que esta é sustentada em autores como Wanderley Guilherme dos Santos, Luis Felipe Miguel, Flávia Biroli, Renato Perissinotto, Alvaro Bianchi, Guilherme Simões Reis, Clara Araújo, Thiago Rodrigues, Adriano de Freixo, Jorge Chaloub, Pedro Luiz Lima, Danilo Martuscelli, Josué Medeiros, entre outros.

² Evidentemente, não se trata de considerar o conflito de classes a única variável explicativa sobre a crise política brasileira, mas sim de considerá-la relevante – e pouco explorada. Questões como a relação entre poderes Executivo e Legislativo, o ativismo judiciário, a comunicação política, e outras, são variáveis explicativas sobre a crise e devem ser levadas em conta; contudo, não daríamos conta de fazê-lo, neste momento.

³ Não considero que a burguesia atue politicamente como um bloco monolítico e homogêneo. As frações da burguesia podem ser diferenciadas internamente sob três eixos (MARTUSCELLI, 2017, p. 204): escala do capital; sua função e posição no sistema capitalista internacional.

em relação aos anos anteriores. A primeira armadilha a se evitar para esse tipo de análise é a vulgarização do conflito de classes⁴.

A política econômica dos governos de Lula e início do governo Dilma (BARBOSA, 2012), permeada por movimentos contrastantes, pode induzir a essa vulgarização, que caminhar para dois sentidos opostas. A primeira, derivada de uma análise que sobrevaloriza a prioridade das políticas sociais, o papel do Estado como indutor de crescimento e distribuição de renda e a integração Sul-Sul (SADER, 2012), aponta a *ruptura* com a ordem neoliberal como a natureza desses governos e que os traços neoliberais seriam apenas a adaptação a retrocessos impostos de maneira exógena. A própria nomeação enquanto governos *pós-neoliberais* parece equivocada, tendo em vista a permanência da estrutura neoliberal de organização da política macroeconômica orientada pelo tripé: regime de metas de inflação, câmbio flutuante e meta fiscal⁵. Essa perspectiva, endossada por dirigentes e intelectuais ligados ao PT, identifica os governos liderados pelo partido como *populares*, tendo em vista sua representação perante a classe trabalhadora organizada, que sofria com a oposição das *elites*, as quais não teriam aceitado a distribuição de renda promovida durante o período. O apoio de diversos segmentos do empresariado ao governo Lula é relevado.

Na outra ponta, análises que apresentam apenas a continuidade de marcos neoliberais na política macroeconômica – sem tratá-la como uma permanência de dimensão estrutural, mas a identificando como opção política – consideram os governos Lula e Dilma como governos que se propagandeiam enquanto representação dos trabalhadores para frear e conter o movimento social, mas que seriam, organicamente, governos da burguesia (BRAGA, 2013). Visão encampada, nesse caso, por intelectuais ligados à oposição à esquerda aos governos petistas. Essa lente, por sua vez, não considera a sistemática oposição de segmentos da grande burguesia aos governos Lula e Dilma.

Necessita-se, portanto, de um caminho analítico que incorpore as ambiguidades desse período histórico, buscando sínteses que auxiliem na compreensão da totalidade; André Singer, que nomeia o fenômeno como *lulismo*⁶, que “existe sob o signo da contradição” (SINGER, 2012, p. 9). O lulismo seria o processo político em que o governo

⁴ Inclusive, o conflito de classes deve ser diferenciado da luta de classes; o conflito distributivo de classes gira em torno da apropriação da riqueza produzida, envolvendo as diversas classes sociais e suas frações, em seu conjunto de contradições (BOITO JR., 2016b, p. 25).

⁵ Segundo Ianonni (2016), o tripé macroeconômico teria sido, no limite, *flexibilizado* durante os governos Lula.

⁶ O fenômeno, apesar do nome, se estende – com ressalvas – ao governo de Dilma Rousseff.

Lula representaria politicamente uma fração de classe que, embora seja majoritária em termos numéricos no Brasil, não possui capacidade organizativa, exigindo uma representação externa a si: o subproletariado superempobrecido.

Para Singer, o cenário econômico internacional favorável foi a condicionante material necessária para a realização do programa do subproletariado: combate à pobreza (principalmente a extrema pobreza) sem confronto com o capital, através da ativação do mercado interno e programas sociais; ou seja, uma política de Estado capaz de ajudar a população mais pobre, porém sem ameaçar a ordem (SINGER, 2012, p. 13; p. 16; p. 21; 52; p. 175, p. 179). Essa opção – somada ao escândalo do mensalão, que retirou as camadas médias do sudeste da base eleitoral petista (SINGER, 2012, p. 16, p. 35, p. 55-56) – teria realinhado as relações de classe no Brasil (SINGER, 2012, p. 155), conferindo sustentação material ao lulismo.

A partir da legitimidade construída pelo sólido apoio eleitoral do subproletariado, o lulismo ocuparia uma função de árbitro entre as duas coalizões opostas de interesses no Brasil: a coalizão de interesses rentistas, liderada pelo capital financeiro nacional e internacional, composta também pela pequena burguesia e classe média tradicional (SINGER, 2012, p. 163-164); e a coalizão produtivista, formada pelo empresariado que se opôs à queda da atividade fabril a partir dos anos 90 e o proletariado sindicalizado (SINGER, 2012, p. 165). Sua opção seria como um pêndulo, ora inclinado para um lado, ora para o outro, mantendo estabilidade relativa:

O projeto lulista não é o de resolver as contradições em favor de uma das coalizões, e sim de mantê-las em relativo equilíbrio, cujo patamar é determinado pela necessidade de favorecer o subproletariado com crescimento médio e inflação baixa (SINGER, 2012, p. 165).

Marcus Ianoni (2016) identifica que a alteração no conflito distributivo de classes a partir da vitória presidencial de Lula se deu em dois marcos principais: menor discrepância de poder decisório entre capital e trabalho e consonância relativa de interesses entre burguesia produtiva e trabalhadores assalariados (IANONI, 2016, p. 2). As frações produtivas da burguesia vinham de insatisfação com as políticas orientadas para o mercado dos anos 90, as quais acarretaram o agravamento da desnacionalização e desindustrialização; esses segmentos do empresariado, portanto, pleiteavam maior participação do Estado na indução de suas atividades (IANONI, 2016, p. 2-3).

A convergência de interesses supracitada teria formado uma coalizão – em perspectiva ampliada, levando em conta as esferas institucional e sociopolítica (IANONI, 2017)⁷ – social-desenvolvimentista. A elite política passara a representar essa aliança, voltada para o desenvolvimento industrial, porém sem rompimento com o ordenamento macroeconômico neoliberal (IANONI, 2016, p. 3). Ianonni se difere de Singer, portanto, quando confere aos governos Lula e Dilma não o papel de mediação entre coalizões, mas a expressão de uma coalizão.

Armando Boito Jr. (2012a; 2012b), ao analisar a luta política e as classes sociais no Brasil dos anos 2000, demarcou o confronto entre duas frentes políticas dirigidas pelas principais frações da grande burguesia, as quais estariam em disputa pela posição hegemônica no bloco no poder⁸. O Brasil, nesse período, teria assistido à ascensão política de uma fração da burguesia à qual se aplicaria a categoria de Nicos Poulantzas (1975, 1977, 2015) de burguesia *interna*⁹. Os interesses da burguesia interna teriam caminhado em unidade contraditória com os dos setores da classe trabalhadora organizada, compondo uma frente – não uma aliança, em que as partes em acordo caminham juntas de maneira orientada – *neodesenvolvimentista*.

Por um lado, a luta sindical e popular construída nos anos 80 e 90 afirmou um campo reformista eleitoralmente viável em torno do PT; do outro, a burguesia interna teve seus interesses objetivos contrariados durante os anos 90, marcados pela desindustrialização e desnacionalização da economia. A formação da frente, então, seria um resultado indireto do acúmulo de forças da luta sindical; porém, o movimento operário e popular não reunia condições objetivas para a direção política dessa frente. A burguesia interna, portanto, teria sido empurrada a dirigir a frente neodesenvolvimentista, tornando-se sua força hegemônica, definindo seus objetivos na luta política. A classe trabalhadora organizada seria, por sua vez, a força principal, aquela da qual mais depende o encaminhamento dos objetivos (BOITO JR., 2012a, p. 72). Em linhas gerais, o programa da frente neodesenvolvimentista seria o desenvolvimento possível nos marcos estruturais

⁷ Para compreensão detalhada da questão da *abordagem ampliada das coalizões*, consultar Ianonni (2017).

⁸ O bloco no poder constitui uma unidade contraditória entre classes e frações dominantes, sob o jugo da fração hegemônica, na disputa interna constante do Estado capitalista e suas instituições, distinguindo-se do conceito de *aliança*. (POULANTZAS, 1977).

⁹ Poulantzas (1975) formula a categoria de burguesia *interna* para caracterizar uma fração burguesa que se distingue tanto de uma burguesia *nacional* quanto de uma burguesia *compradora*. Estaria numa posição intermediária, pleiteando intervenção estatal na garantia de controle sobre seus ramos de produção, mas voltada para a ampliação de mercado externo. Ressalta-se, assim, a relevância da dinâmica externa sobre a dinâmica interna do conflito de classes, posicionando as diferentes frações da burguesia a partir de sua relação com o capitalismo de centro. Para maiores detalhes, ver Martuscelli (2014).

do capitalismo neoliberal na periferia, limitado pela acumulação financeira em vigor (BOITO JR., 2012a, p. 69)¹⁰. Essa política econômica representaria os interesses da burguesia interna, prioritariamente, que logrou melhorar sua posição no bloco no poder durante esse período (BOITO JR., 2012b, p. 5), e manteve intactos seus interesses estratégicos, já que não houve processo de regulamentação do mercado de trabalho ou de recuperação dos serviços públicos e dos direitos sociais. As conquistas das demais classes e frações de classes pertencentes à frente neodesenvolvimentista eram concessões necessárias, que apenas impunham sacrifícios menores aos seus interesses (BOITO JR., 2012a, p. 73).

A frente neodesenvolvimentista, policlassista e contraditória, seria composta por: a) a grande burguesia interna, sua força dirigente, distribuída em diversos setores: mineração, construção pesada, agronegócio, indústria de transformação, indústria naval, e, em medida relativa, bancos privados e estatais de capital predominantemente nacional, sendo unificados pela necessidade de proteção do Estado na concorrência com o capital estrangeiro (BOITO JR., 2012b, p. 7). A caracterização difere, portanto, da de Singer e Lanoni que marcam o embate entre capital produtivo e rentista; b) classe operária organizada; c) baixa classe média; d) campesinato; e) trabalhadores de massa marginal, com os quais a frente construiu uma relação de tipo populista (BOITO JR., 2012b, p. 3-4). Na hipótese de Boito Jr., a frente estabeleceria uma relação de representação política reconhecida de parte a parte (BOITO JR., 2012a, p. 86).

A frente oposicionista ao governo federal, que visava a restauração do neoliberalismo ortodoxo, seria comandada pela grande burguesia diretamente associada¹¹ ao capital financeiro internacional (BOITO JR., 2012a, p. 75). Apesar da maior dificuldade em identificar os interesses dos segmentos rentistas, tendo em vista que suas entidades representativas não costumam declarar seus interesses publicamente (BOITO JR., 2012a; MARTUSCELLI, 2017), o campo neoliberal ortodoxo representaria: a) o grande capital financeiro internacional; b) a fração burguesa brasileira perfeitamente integrada e subordinada a esse capital; c) alguns segmentos dos grandes proprietários de terras; d) a alta classe média, alocada nos setores privados e público (BOITO JR., 2012b,

¹⁰ A política econômica que Boito Jr. implica no conceito de neodesenvolvimentismo é diferente daquele utilizado por Luiz Carlos Bresser-Pereira (BRESSER-PEREIRA, 2012).

¹¹ Fração sem base de acumulação própria e dependente do capital estrangeiro. Por não possuir autonomia política e ideológica perante os interesses imperialistas, atua como seu representante no interior da dinâmica política. No Brasil, corresponde às grandes multinacionais instaladas em seu território, empresas importadoras e setores rentistas, como instituições bancárias e fundos de investimento.

p. 4). Sua expressão política se daria nos partidos tradicionais de direita, PSDB e PFL/DEM, pleiteando seu retorno ao Poder Executivo (BOITO JR., 2012a, p. 71).

Evidentemente, a frente neodesenvolvimentista reunia uma série de contradições entre as frações de classe partícipes, mas também no interior de cada uma dessas frações de classe (BOITO JR., 2012a, p. 97-104; BOITO JR., 2012b, p. 11-13). Em 2012, Boito Jr. já alertava que dessas contradições derivava a possibilidade concreta de que uma das partes da frente a abandonasse (BOITO JR., 2012a, p. 104).

Os estudos de André Singer, Marcus Ianoni e Armando Boito Jr., assim como a bibliografia auxiliar utilizada, nos instrumentalizam para compreender o conflito de classes no Brasil a partir da chegada de Lula à presidência. Os autores utilizam diferentes categorias e, por vezes, divergem de conteúdo; porém, caminham num sentido explicativo similar na análise da luta política brasileira durante o período em questão.

3 A “NOVA MATRIZ ECONÔMICA” (2012) E O CONFRONTO ABERTO CONTRA O CAPITAL FINANCEIRO

No ano de 2012, o Brasil assistiria a uma guinada na política econômica, que poderia indicar uma mudança na composição da base política e social de sustentação ao governo petista. Para o economista Pedro Paulo Zaluth Bastos (2017, p. 17, grifos do autor), o objetivo central de seu governo, embora não fosse explícito em campanha, rapidamente se evidenciaria: “senão eliminar, *minimizar o rentismo* com a dívida pública como meio sistemático de acumulação do capital”. Três objetivos específicos derivariam do principal:

- i) ganhar graus de liberdade fiscal para a execução da política social, de investimento público e subsídios aos investimentos privados; ii) ao reduzir a rentabilidade das aplicações financeiras do setor privado com risco mínimo, forçar a ampliação do investimento produtivo e em infraestrutura, apoiando-o com subsídios fiscais e creditícios; iii) reduzir o diferencial internacional de juros e, assim, criar condições para a depreciação cambial, entendida como necessária para conferir competitividade internacional aos investimentos produtivos (BASTOS, 2017, p. 17-18).

Para André Singer (2016, p. 21-22), entre o segundo semestre de 2011 e o primeiro de 2012, desenvolvimentistas teriam invadido o espaço de decisões monetárias, pressionando as instituições privadas a reduzirem seus próprios lucros, a partir da retaguarda dos bancos públicos. O autor denomina essa experiência um *ensaio*

desenvolvimentista: uma aposta fundamentada no ativismo estatal na busca de reindustrialização, marcadamente antiliberal; um *ensaio*, contudo, pela efemeridade e vagueza do fenômeno (2016, p. 26).

Singer sintetiza os seguintes elementos fundamentais da Nova Matriz Econômica: 1) redução das taxas de juros; 2) uso intensivo do BNDES para linha de crédito subsidiado para investimento de empresas; 3) aposta na reindustrialização; 4) desonerações para setores intensivos em mão de obra; 5) plano para infraestrutura; 6) reforma do setor elétrico; 7) desvalorização do real; 8) controle de capitais; 9) proteção ao produto nacional (SINGER, 2015, p. 46-48; 2016, p. 28-32). Como não se trata de um trabalho de economia política, não detalharemos a política econômica proposta¹². O que mais interessa para nossa proposta é a alteração provocada no conflito de classes: para Bastos (2017, p. 17), essa movimentação de questionamento ao poder estrutural do capital financeiro apontava para uma eventual ruptura do pacto conservador (SINGER, 2012) formado pelo governo Lula; para Singer, tratava-se de acelerar uma viagem cuja direção já vinha sendo traçada (SINGER, 2015, p. 50). Boito Jr. (2016a, p. 2) considera uma alteração no interior da frente neodesenvolvimentista, beneficiando o segmento produtivo em detrimento dos interesses bancários.

Singer visualiza continuidade programática, mas mudança política de Lula para Dilma (SINGER, 2015, p. 51): Dilma seria confrontacionista, diferente de seu antecessor. O governo federal parecia disposto a politizar e polarizar o debate acerca dos juros. Silva, Lourenço e Carvalho (2017, p. 190) reconhecem uma tentativa inédita na história da Nova República de reverter a primazia das elites financeiras em detrimento das demais classes sociais brasileiras. No discurso televisivo de 30 de abril de 2012, que se insere nos pronunciamentos anuais referentes ao dia do trabalhador, Dilma Rousseff afrontou os bancos:

A economia brasileira só será plenamente competitiva quando nossas taxas de juros, seja para o produtor, seja para o consumidor, se igualarem às taxas praticadas no mercado internacional. Quando atingirmos este patamar, nossos produtores vão poder produzir e vender melhor, e nossos consumidores vão poder comprar mais e pagar com mais tranquilidade. [...] É inadmissível que o Brasil, que tem um dos sistemas financeiros mais sólidos e lucrativos, continue com um dos juros mais altos do mundo (PALÁCIO DO PLANALTO, 2012).

¹² Para estudo avançado, consultar BASTOS (2012; 2017).

Outras manifestações de confronto entre governo federal e o capital financeiro, a partir de suas entidades representativas, como a FEBRABAN, ocorreram ao longo do ano, mas não as vincularemos para não alongarmos-nos.

Em 2013, o ensaio desenvolvimentista deparou-se com seus fantasmas. Sua estratégia esbarrava nos efeitos da política contracionista operada em 2011; em suma, o investimento caíria, enquanto os subsídios aumentavam (BASTOS, 2017, p. 19). Isso acarretou resiliência da inflação, presente em 2013 (SINGER, 2015, p. 53). Como veremos a seguir, o governo de Dilma Rousseff não contou com base de apoio para a continuidade do confronto com o capital financeiro.

4 O INCÍCIO DA CONTRAOFENSIVA NEOLIBERAL (2013): A AGUDIZAÇÃO NO CONFLITO DE CLASSES

A continuidade da crise global passou a atingir a balança fiscal brasileira, enquanto Estados Unidos e União Europeia desestabilizavam o valor do real no mercado internacional; na outra ponta, os preços dos *commodities* diminuía e o Brasil sentia o peso do recuo de crescimento de seu principal parceiro comercial, a China (BOITO JR., SAAD-FILHO, 2016a, p. 219). Bastos (2017, p. 27-28) identifica uma reação profundamente política dos ideólogos do capital financeiro, armados contra o intervencionismo estatal, que se apresentava como meramente técnica, vinculada exaustivamente nos meios de comunicação.

Objetivamente, a Nova Matriz Econômica correspondia aos interesses expressos por sua base de sustentação, principalmente, do segmento industrial do empresariado brasileiro. Em 2011, a FIESP e o CIESP haviam lançado a campanha “Por um Brasil de juros baixos” (FIESP; CIESP, 2011) que contara com o apoio de outras entidades da indústria e do sindicalismo. Boito Jr. (2012, p. 99-100) elencara uma série de contradições no interior da grande burguesia interna, opondo a grande indústria ao sistema bancário nacional. A grande indústria sempre criticara a taxa básica de juro elevada, que aumenta o gasto público, dificultando investimento e expansão dos serviços de estrutura e se opunha à liberdade dos bancos de manejarem o *spread* bancário, aumentando o custo do empréstimo. A política delineada em 2012 atacava, exatamente, a taxa básica de juros elevada, retraindo-a a níveis novos na história brasileira e aumentava ainda mais a linha de crédito subsidiado do BNDES para a indústria; objetivamente, portanto atendendo aos

interesses desse segmento do empresariado. Por que, então, a burguesia industrial não foi fiadora do ensaio desenvolvimentista de Dilma Rousseff?

O primeiro elemento que parece relevante é, por si só, o efeito tardio da crise do modo de produção capitalista aberta em 2008. Boito Jr. e Saad-Filho (2016a, p. 227) apontam que, em condições conjunturais favoráveis, políticas econômicas híbridas têm a capacidade de desarmar a direita política e desconectar a esquerda radical da classe trabalhadora, porém, em períodos de baixo crescimento, o mesmo não é possível. O conflito distributivo, portanto, tende a tornar-se mais agudo em tempos de crise, podendo reverberar na disputa entre capital e trabalho. Como exemplo elucidativo, em dezembro de 2012, no encontro anual da CNI, é lançado documento de proposta de flexibilização da CLT (SINGER, 2015, p. 59).

Uma interpretação corrente deriva da reestruturação do capitalismo contemporâneo. A financeirização do capital em todas as esferas reverbera na burguesia industrial: a despeito da produção ser a chave de sua acumulação, essa é tomada pelos bancos e fundos de investimentos. Os conglomerados industriais, portanto, teriam se tornado condensações de atividades financeiras, exigindo remuneração ao capital aplicado (SINGER, 2015, p. 64).

Por agora, esses são os elementos que nos interessam. Nesse quadro, em abril de 2013, o Banco Central voltou a elevar a taxa básica de juros como forma de combater a inflação e a face (neo)desenvolvimentista ou produtivista do governo federal não teve forças para reagir à altura. Iniciava-se uma ofensiva neoliberal restauradora (BOITO JR., 2016a, 2016b, 2017a), a qual começava a cercar a frente ou coalizão que se encontrava no governo. Em 60 dias, uma turbulência chacoalharia ainda mais a luta política no Brasil: as manifestações ocorridas país afora, no mês de junho.

5 AS PARTICULARIDADES DAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013

O triunfo do golpe de 2016, como já colocado, surpreendeu aqueles e aquelas que observam a luta política brasileira; e, mais particularmente, os cientistas políticos. Todavia, o sentimento de surpresa é anterior: as manifestações de rua ocorridas em junho de 2013 já haviam acarretado em espanto. Essa curta sequência de eventos já não encontrava enquadramento explicativo em que fizesse sentido (MIGUEL, 2017, p. 46-47).

Para Bringel (2013, p. 43, grifos do autor): “o grau de surpresa [...] [está relacionado] principalmente à natureza das ações coletivas emergentes (seus sentidos, objetivos e formas de articulação)”.

As manifestações de junho podem ser entendidas como um terremoto, que fez emergir uma série de agendas mal resolvidas, contradições e, porque não, paradoxos (ROLNIK, 2013, p. 9). Bringel (2013, p. 4) levanta duas ponderações importantes para balizar a análise sobre esse fenômeno: a indignação, marca maior das manifestações de junho de 2013, não é um movimento social, mas um estado de ânimo; outra, que mobilizações de massa não são necessariamente dirigidas por organizações sociais e políticas, especialmente na contemporaneidade, em que surgem de maneira viral e difusa. Sentidos diversos coexistem num mesmo espaço físico e político (BRINGEL, 2013, p. 5).

Ermínia Maricato (2013, p. 19-20) afirma que é preciso associar as razões objetivas e subjetivas dos protestos às condições das cidades. A cidade se constitui como principal local em que se dá a reprodução da força de trabalho, mas sem fornecer as condições objetivas para a reprodução social. A cidade, para além disso, se configura como produto para os capitais que com ela lucram; ou seja, o sentido da cidade enquanto negócio é anterior ao seu caráter de espaço de sociabilidade.

André Singer (2013), a partir de dados empíricos reunidos, sintetizou leitura sobre os acontecimentos sob dois eixos principais: as classes sociais participantes e suas variantes ideológicas. Singer rebate os dois pontos de vista mais reverberados sobre a composição social de junho: a primeira, de que seriam manifestações majoritariamente constituídas pela classe média; a outra, de que se tratava de uma rebelião do precariado¹³, formado por trabalhadores desqualificados e semiqualeificados que transitam no mercado de trabalho (SINGER, 2013, p. 27) – para Braga (2013, p. 81-82), a revolta era uma manifestação do precariado, protagonista social do fenômeno (BRAGA, 2017, p. 227) contra o modelo de desenvolvimento vigente. Sugere, então, uma terceira hipótese:

de que elas possam ter sido simultaneamente as duas coisas, a saber, tanto expressão de uma classe média tradicional inconformada com diferentes aspectos da realidade nacional quanto um reflexo daquilo que prefiro denominar como novo proletariado, mas cujas características se aproximam, no caso, daquelas atribuídas ao precariado pelos autores que preferem tal denominação: trata-se dos trabalhadores, em geral jovens, que conseguiram emprego com carteira assinada na década lulista (2003-2013), mas que

¹³ O precariado seria a “massa formada por trabalhadores desqualificados e semiqualeificados que entram e saem rapidamente do mercado de trabalho, por jovens à procura do primeiro emprego, por trabalhadores recém-saídos da informalidade e por trabalhadores sub-remunerados” (BRAGA, 2013, p. 82). Para estudo detalhado da categoria, ver: BRAGA, 2012.

padecem com baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho (SINGER, 2013, p. 27).

À exceção do Rio de Janeiro, a presença de manifestantes de baixa escolaridade foi residual, o que sugere a grande presença da classe média tradicional (SINGER, 2013, p. 29). Porém, o quadro de renda familiar dos manifestantes aponta forte incidência das camadas mais populares – sendo majoritárias, no caso do Rio de Janeiro –, além da expressiva participação no mercado de trabalho dos presentes, o que indica a participação do novo proletariado ou precariado (SINGER, 2013, p. 31). É plausível imaginar que estiveram presentes jovens que acessaram o ensino superior no último período, a partir de programas como Prouni e FIES, mas seguem nas camadas inferiores da pirâmide social, tendo escolaridade mais elevada que renda.

Sugerimos que a melhor imagem para descrever a composição social das manifestações seja a de dois blocos relativamente equivalentes, formados por jovens e jovens adultos de classe média e outro por pessoas da mesma faixa etária, mas pertencentes à metade inferior da estrutura social brasileira, sendo estes com menos escolaridade média [...] *A segunda fase das manifestações teria produzido, em consequência, um cruzamento de classes* (SINGER, 2013, p. 31-32, grifos do autor).

O outro alicerce de análise de Singer é a variação ideológica presente nos atos. O autor sugere hipótese instigante: junho seria melhor compreendido se observado a partir do centro (SINGER, 2013, p. 32). O centro retira o potencial de confronto de dentro da sociedade, projetando um tecido social articulado e participativo em oposição ao aparelho estatal envelhecido e opressivo perante a sociedade civil (SINGER, 2013, p. 37). Singer denomina a conformação de um centro de agenda *pós-materialista* (em que cabe tanto a luta contra a corrupção como a demanda por mais investimentos públicos), majoritário na totalidade das manifestações, tendo o cuidado de, diferentemente de Braga e Bianchi (BRAGA, 2013, 2016, 2017; BRAGA e BIANCHI, 2017), ponderar que não é possível afirmar para que lado pendeu o novo proletariado entre as variantes ideológicas presentes (SINGER, 2013, p. 41).

Bringel (2013, p. 5) identifica que a juventude, maior participante das manifestações daqueles meses, recebia ali seu “batismo político”. Medeiros (2016, p. 256) aponta a outra face desse batismo, em que o petismo estava na posição de defensor do sistema pela primeira vez. Singer (2013, p. 34) levanta que as manifestações foram ganhando gradativamente viés oposicionista ao governo federal. Para Braga e Bianchi (2017, p. 67), ali inaugurava-se o colapso do consentimento passivo das classes subalternas ao lulismo. Cardoso (2013, p. 14), compreende que a resposta do governo federal aos protestos chamou para si a responsabilidade e realinhou em torno de si os

agentes políticos. A partir dali, sempre que as ruas voltassem a se manifestar, Dilma Rousseff estaria no centro da mira.

6 A ALTA CLASSE MÉDIA ENTRA EM CENA

Sociologicamente, tratar de classe média é um terreno pantanoso, por sua multiplicidade de determinações econômicas e culturais. O trabalho se atentará ao que pode ser chamado de classe média *tradicional*, em seus extratos de renda mais elevada.

Leonardo Avritzer chama atenção para a formação atípica da classe média no Brasil. Em nosso país, corresponde a um setor de profissionais liberais e manuais altamente qualificados, que, a partir da proximidade com a elite rural, assimilou um conjunto de seus hábitos; particularmente a utilização intensiva da força de trabalho pouco qualificada, de grande quantitativo na cidade, oriunda da escravidão, a despeito de não conseguir consumir tão intensamente bens de consumo duráveis e não duráveis (AVRITZER, 2016, p. 98-99). Essa particularidade em sua formação justifica o medo da ascensão social das camadas mais baixas, como aponta Jessé Souza (2016, p. 97): “a classe média passa a ter medo de que também seus privilégios de classe e seus empregos estejam ameaçados.”

Souza (2016, p. 120-121) chama atenção para a correspondência entre classe média e classe média alta com o novo tipo de operador jurídico instalado no aparelho de Estado. Há uma combinação entre segurança e estabilidade do servidor público com os altos salários e vantagens da banca privada, expressos nos ganhos acima do teto constitucional, mas sem o risco da natureza insegura do mercado. Armando Boito Jr. (2016c; 2016d) vai além: juízes, procuradores e delegados são ao mesmo tempo burocratas do aparelho repressivo de Estado e fatia do segmento superior da classe média; sua ação, portanto, é duplamente determinada. Como agentes da ordem, opunham-se ao que consideravam condescendência dos governos para com os movimentos populares e, como integrantes da alta classe média, viam-se ameaçadas pelas políticas distributivas daquele período; ambas, sintetizadas pela bandeira contra a corrupção.

Nesse quadro, parece razoável imaginar que essa classe média esteve à direita em 2013. Singer (2012) destacara seu papel de oposição sistemática às políticas



redistributivas do governo federal, votando, majoritariamente, nas candidaturas do PSDB a partir de 2006.

7 A RECEPÇÃO DA GRANDE BURGUESIA AOS PROTESTOS DE JUNHO

Nesse momento, há poucos elementos para depreender qual foi o nível de envolvimento material e político dos segmentos da grande burguesia com as manifestações de junho de 2013. Seu inicial caráter contestatório à ordem e relativamente espontâneo leva a crer que, naquele momento, insuflá-la não era de interesse das classes dominantes.

Porém, no que convencionou-se chamar de segunda etapa das manifestações (SINGER, 2013, p. 25; AVRITZER, 2016, p. 72-75), compreendida entre os dias 17 e 21 de junho, em que a diretriz política foi esgarçada, a FIESP entrou em cena. Em 18 de junho, dia seguinte ao primeiro ato da segunda fase dos protestos, seu prédio anoiteceu com a bandeira do Brasil – que se transformaria no símbolo das futuras manifestações contra o governo federal – estampada em sua fachada. Objetivamente, não é possível concluir se se tratava de um apoio passivo à rebeldia das ruas ou se era uma ação politicamente orientada, para incidir nos rumos dos protestos.

A respeito da burguesia associada, não houve expressão de seus interesses, naquele período, sobre os quais pudéssemos nos debruçar. Martuscelli (2017, p. 198) aponta que as frações de classe dominantes ligadas à atividade improdutiva têm dificuldades de intervir no debate público, tendendo à invisibilidade, diferente daquelas ligadas à atividade produtiva, que tendem a vocalizar mais seus interesses na cena política (MARTUSCELLI, 2017, p. 198-199), já que se apresentam como atores sociais responsáveis pelo desenvolvimento.

8 O CICLO DE GREVES DE 2013

Durante os governos Lula e Dilma, o sindicalismo registrou curva crescente no número de greves (e, dentro destas, aumentaram numérica e proporcionalmente as vitoriosas, com acordos salariais acima da inflação). Em 2013, atingiu seu pico: foi ano

recorde¹⁴, além da ocorrência de uma greve geral em 11 de julho, inédita há mais de 20 anos. Para Ruy Braga (2017, p. 230), a causa real do tremor de terra de junho, inclusive, deveria ser localizado no coração do modelo de desenvolvimento pós-fordista e financeirizado, expresso na contradição em si da mescla de mercantilização do trabalho e aumento de cobertura do trabalho formal (BRAGA, 2017, p. 226).

Braga diverge de Singer (2013) e afirma que o sentido fundamental dos acontecimentos de junho não está no centro, mas nos extremos do espectro político, pois a pacificação lulista teria dado lugar à luta de classes aberta (BRAGA, 2017, p. 232). Para Braga, em 2013 convergiram para a mesma estrada a luta política do precariado, que se manifestara pela ampliação de seus direitos sociais, e a luta econômica da classe trabalhadora sindicalizada. Dessa maneira, a irrupção teria desregulado tanto o consentimento lulista quanto o regime de acumulação do capitalismo contemporâneo (BRAGA, 2017, p. 240). Braga e Bianchi (2017, p. 81) são taxativos ao afirmarem que houve uma *pulsão plebeia* em junho; exageros à parte, é razoável considerar que o sindicalismo demonstrou força naquele período. Como vimos acima, uma das possibilidades explicativas da não adesão da grande burguesia interna ao ensaio desenvolvimentista do governo Dilma Rousseff é a agudização da contradição entre capital e trabalho.

9 A RESPOSTA DO GOVERNO DILMA ÀS MANIFESTAÇÕES

Em pronunciamento vinculado em cadeia nacional de rádio e televisão, Dilma Rousseff respondeu às manifestações, absorvendo a diversidade de pautas e traduzindo-as em políticas de governo e de Estado. A proposta se deu em torno de cinco *pactos*: 1) responsabilidade fiscal e controle da inflação; 2) reforma do sistema político, a partir de uma Constituinte Exclusiva para tratar do tema, convocada a partir de um plebiscito; 3) combate à corrupção, com a ampliação da Lei de Acesso à Informação e classificação da corrupção como crime hediondo; 4) avanços na saúde e educação, com melhoria na cobertura da saúde, expressa, posteriormente, no programa Mais Médicos, e ampliação dos investimentos na educação a partir de PL que encaminhava 100% dos *royalties* do petróleo para educação; 5) melhoria no sistema de transportes, a partir da desoneração

¹⁴ DIEESE: <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2013/estPesq79balancogreves2013.pdf>. Acesso em: 11/04/2018.

fiscal para o empresariado do ramo (PALÁCIO DO PLANALTO, 2013a, 2013b). O que nos interessa é perceber como ela se articula com as classes sociais em conflito.

Como as manifestações, a resposta do governo caminhou em várias direções. A política econômica ortodoxa retomada em abril foi reafirmada a partir da soberania do compromisso fiscal perante as outras dimensões da economia, sinalizando para o capital financeiro que a emparedava.

As propostas para saúde e educação atendiam às demandas que Singer aponta como de centro, apostando no fortalecimento de políticas públicas que apresentassem resultados efetivos. As propostas de políticas públicas, por sua vez, sinalizavam para a melhora das condições de vida da fração de classe que sustentara o lulismo até ali, o subproletariado, talvez temendo a perda de seu apoio.

As propostas de combate à corrupção dialogavam tanto com o fortalecimento do caráter repressivo do Estado, materializada no PL que tornava aquela um crime hediondo, sinalizando à alta classe média nas ruas, como com uma perspectiva democratizante de fiscalização, a partir da ampliação da Lei de Acesso à Informação.

Como resposta radical à esquerda, propôs uma Constituinte Exclusiva para tratar de alterações no sistema político, convocada por um plebiscito. Assim, puxava para si o horizonte da participação popular, vinculada a uma alteração estrutural nas formas de dominação política, já que se pretendia mudar pontos nevrálgicos como a forma de financiamento de campanhas. A proposta não durou vinte e quatro horas.

O conjunto de propostas não reverteu o panorama: a popularidade e aprovação do governo de Dilma despencou pela metade; tendência que, salvo alguns momentos de respiro, seria mantida até sua deposição. Em 2013, portanto, seu governo adentrou no período de instabilidade política.

10 A ECONOMIA BRASILEIRA EM 2014

O aguçamento do conflito político durante os dois anos anteriores ganhou expressão na disputa presidencial de 2014, a mais acirrada do período da Nova República. Algumas questões preliminares, dentre as quais a conjuntura econômica naquele ano e as movimentações de frações de classe serão tratadas na primeira parte desta seção, para depois adentrarmos no desenrolar da eleição presidencial.

O aumento contínuo da taxa de juros, a partir de abril de 2013, ameaçava as possibilidades de crescimento em 2014 (SINGER, 2015, p. 54). Bastos (2017, p. 22-23) aponta que a parcela de demanda interna por produtos manufaturados atendida por importações aumentou, enquanto as exportações brasileiras perdiam mercado, alterando significativamente os saldos comerciais brasileiros; os níveis de queda de investimento industrial só não foram tão alarmantes por conta da cadeia produtiva de petróleo e gás e a indústria automobilística, naquele momento. A taxa de investimento em relação ao PIB, todavia, permaneceu relativamente estável, devido ao investimento privado em construção civil e infraestrutura, que aumentou acima do PIB. Ainda assim, a economia desacelerou em 2014 (BASTOS, 2017, p. 24), para o que Bastos aponta três razões fundamentais.

A primeira reside na desaceleração do ciclo de consumo e investimento residencial, ocorrido a partir do aumento do nível de endividamento e comprometimento da renda das famílias, reforçada pelo ciclo de elevação das taxas de juros. Contribuiu, também, o cenário do mercado de trabalho naquele interregno: entre 2013 e 2014, foram gerados apenas empregos abaixo de 1,5 salário mínimo e de alta rotatividade, contraindo a capacidade de endividamento das famílias (BASTOS, 2017, p. 24-25).

Outra, pincelada em momentos anteriores, foi a queda do valor das exportações, delimitada pela mudança de comportamento da demanda externa e baixa dos preços de *commodities*. A integração comercial sul-americana perdera lucratividade, tendo em vista a perda de mercados tanto pelas dificuldades endógenas desses países como pela concorrência com produtos chineses e dos países de origem das filiais instaladas no Brasil (BASTOS, 2017, p. 25-26).

A última, a desaceleração nos investimentos em construção civil, infraestrutura e na cadeia produtiva de petróleo e gás (BASTOS, 2017, p. 26). Em construção civil, fruto da elevação dos preços do mercado de imóveis combinada à capacidade de endividamento das famílias; em infraestrutura, por descompasso em relação às obras da Copa do Mundo; na cadeia de petróleo e gás, a reversão tinha outro nível de gravidade. A queda brusca dos preços internacionais do petróleo e a deflagração da Operação Lava-Jato, ambas ocorridas em abril, contrairiam os investimentos de maneira brutal.

Esse é o pano de fundo para o conflito político em 2014. Evidentemente, reduzida a riqueza produzida, o conflito distributivo se agudiza e a cena política é preenchida por propostas de solução que, nesse contexto, dificilmente produzem consenso. As alternativas tendem a entrar em choque.

11 A EXPRESSÃO DO CONFLITO DE CLASSES NA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2014

O ano de 2014 foi menos atravessado por manifestações de rua que seu predecessor; lembrando que este foi um ano fora da curva no que se refere ao número de protestos e que há uma tendência de que os anos eleitorais tenham menos ações diretas. Porém, foi marcado por um número considerável de manifestações políticas e por uma polarização que só pode ser comparada às eleições de 1989 (TATAGIBA, 2017, p. 84-86).

Um estado de ânimo ansioso por mudanças havia tomado a cena política. A eventual reeleição de Dilma Rousseff, entretanto, representaria a continuidade do estado das coisas. Contraditoriamente, a opção eleitoral mais à esquerda encarnava conservação e aquelas à direita a mudança, tendo em vista a continuidade dos mandatos presidenciais liderados pelo PT.

Apesar dessa dificuldade, a presidenta parecia caminhar para a vitória. Entre o começo do ano e o início oficial da campanha, Aécio Neves (PSDB) teve dificuldades em decolar, enquanto Eduardo Campos (PSB) não representava ameaça. Aécio vocalizava os governos tucanos, cuja política econômica inclinada à desnacionalização e liberalização, responsável por momentos de crise nos anos 90, fora rejeitada sistematicamente desde 2002. Campos, figura recém-descolada dos governos petistas, era um quadro que iniciava uma trajetória que poderia ascender em médio prazo. Em pesquisa realizada em julho¹⁵, o instituto Datafolha apontava que uma vitória de Dilma no primeiro turno não deveria ser descartada. Porém, o acidente aéreo que vitimou o candidato do PSB reordenou o pleito presidencial.

A morte de Eduardo Campos teve duas consequências principais. A primeira foi a geração de grande comoção. A outra, a consequente conversão de Marina Silva ao posto de presidenciável pelo PSB. Rousseff, então, teria dois opositores consistentes eleitoralmente; Marina, evidentemente, ganhara robustez derivada da comoção pela morte de Campos.

¹⁵ Pesquisa disponível em: http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2014/07/18/intencao_de_voto_para_presidente.pdf. Acesso em: 18/04/18.

O exercício de identificar a candidatura prioritária dos segmentos da grande burguesia é complexo. Como tem de garantir a realização de seus interesses por parte do aparelho de Estado, injetam grande aporte de capital em todas as candidaturas competitivas – e a campanha de Dilma Rousseff, favorita, foi a mais rica. Assim, não podemos afirmar que a grande burguesia compunha uma frente de oposição ao governo (BASTOS, 2017, p. 46); todavia, podemos observar algumas sinalizações contraditórias de sua parte.

Em relação à grande burguesia rentista e associada ao capital financeiro internacional, o debate público costuma tangenciar sua preferência política a partir da flutuação da bolsa de valores. A *reação do mercado*, como costuma ser chamada, à possibilidade de Marina Silva foi estrondosa. Em meio a um ano marcado por baixas no Ibovespa, devido ao declínio da Petrobrás, a aparição da ambientalista como eventual presidente trouxe recordes para a bolsa brasileira¹⁶. Objetivamente, Marina, assim como Aécio, se posicionara favoravelmente à independência institucionalizada do Banco Central, uma reforma estrutural que aumentaria ainda mais o poder de ditame dos bancos sobre a política econômica. A coordenação-geral de sua campanha era realizada por Maria Alice Setúbal, herdeira do banco Itaú¹⁷.

Valle (2018) considera que o processo de abertura do setor bancário ao capital estrangeiro, iniciado em 1995, teria dividido o segmento em burguesia interna bancária e burguesia financeira associada; ou seja, uma parcela do setor bancário, à despeito de sua natureza rentista, acumularia contradições com o capital internacional, enquanto a outra se associaria diretamente ao capital estrangeiro. Para o autor, essa divisão se expressou no pleito de 2014: Dilma Rousseff contaria com o apoio do banco Bradesco, a cujo presidente seria ofertado o ministério da Fazenda (ALMEIDA, 2016), enquanto o grupo Itaú Unibanco teria apoiado Marina Silva (VALLE, 2018, p. 5).

Em relação aos segmentos industriais¹⁸, que haviam apoiado a primeira gestão de Dilma e tiveram suas demandas atendidas pela NME, a despeito das entidades representativas de classe não se posicionarem publicamente, houve sinalizações para

¹⁶ Ver:

https://brasil.elpais.com/brasil/2014/08/28/economia/1409249600_073835.html;
<http://www.valor.com.br/financas/3670502/efeito-marina-faz-bovespa-subir-aos-61-mil-pontos>. Acesso em: 16/04/18.

¹⁷ Roberto Setubal, seu irmão, afirmou ver a eleição de Marina com naturalidade. Ver: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/09/1510563-roberto-setubal-diz-que-ve-eleicao-de-marina-com-naturalidade.shtml>. Acesso em: 17/04/18.

¹⁸ Esses segmentos podem ser identificados tanto como burguesia *interna*, dada sua posição no mercado internacional ou *produtiva*, por terem sua lucratividade oriunda, fundamentalmente, da atividade produtiva.

outros candidatos. Benjamin Steinbruch, CEO da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e presidente da FIESP durante a licença eleitoral de Paulo Skaf, disse considerar Marina Silva uma boa opção para o Brasil andar para frente, em entrevista na qual criticou severamente o governo Dilma¹⁹. Em visita à Firjan, ela contou com muito mais entusiasmo dos empresários presentes do que seus concorrentes²⁰. A respeito dos setores do agronegócio, na sabatina da CNA, realizada anteriormente ao falecimento de Campos, Aécio foi ovacionado, enquanto Dilma rejeitada²¹. Novamente, não é possível concluir, mas indicar o afastamento desses setores em relação à petista.

Marina Silva ocupara, então, o polo opositor à Dilma, o qual se esperava, anteriormente, que fosse preenchido pelo Aécio. A candidata psebista expressava o capital financeiro, no conflito político, de maneira intencional ou não; e isso foi identificado. A campanha petista associou a ambientalista aos bancos e conseguiu desidratá-la eleitoralmente, para além da incógnita projetada sobre os programas sociais numa eventual gestão.

O derretimento de Marina às vésperas do pleito recolocou Aécio na disputa, registrando empate técnico entre ambos, com o tucano à frente pela primeira vez, e dando novo fôlego à candidata petista²². O mineiro surpreendeu ao chegar no segundo turno com mais de 10 milhões de votos a mais que a candidata do PSB, reeditando a polarização partidária característica da Nova República entre PT e PSDB.

No segundo turno, Aécio Neves sintetizava a *mudança de verdade*, como dito em seu slogan. Luciana Tatagiba (2017, p. 85), ao analisar os protestos das direitas brasileiras entre 2011 e 2016, aponta que a eleição ofereceu uma oportunidade de canalizar as insatisfações difusas em direção ao candidato do PSDB, dando aporte à construção do *antipetismo* como projeto de mudança; um germe do que viria nos anos seguintes.

A candidatura de Dilma Rousseff, por sua vez, teve o mérito de expressar a agenda de aprofundamento do ativismo estatal voltado para o desenvolvimento, calcado na política de pleno emprego e aumento do salário mínimo acima da inflação. Assim,

¹⁹ Disponível no site da FIESP: <http://www.fiesp.com.br/noticias/video-veja-a-entrevista-do-presidente-da-fiesp-ao-jornalista-kennedy-alencar-do-sbt/>. Acesso em: 17/04/18.

²⁰ Ver: <https://odia.ig.com.br/conteudo/eleicoes2014/2014-09-13/sucesso-na-firjan-empresarios-aplaudem-marina-silva.html>. Acesso em: 17/04/18.

²¹ Ver: <https://www.cartacapital.com.br/politica/aecio-e-campos-prometem-menos-poder-para-funai-e-freio-em-demarcacoes-1432.html>. Acesso em: 17/04/18.

²² Pesquisas disponíveis em:

http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2014/10/03/intencao_de_voto_presidente_2.pdf;

http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2014/10/04/intencao_de_voto_presidente.pdf. Acesso em: 17/04/18.

apesar da inesperada demissão de Guido Mantega em plena campanha, Dilma convenceu os setores progressistas, que fortaleceram seu ativismo eleitoral em relação ao primeiro turno, construindo mobilização massiva em torno de sua campanha (BOITO JR.; SAAD-FILHO, 2016a, p. 221). Sua promessa de que manteria o emprego formal e enfrentaria o choque neoliberal encampado pelos tucanos (SINGER, 2015, p. 56) garantiu o decisivo apoio eleitoral, mesmo que titubeante, do proletariado precarizado (BRAGA; BIANCHI, 2017, p. 67). Em 26 de outubro, Dilma seria reeleita, com cerca de 54 milhões de votos (51,64% dos votos válidos), enquanto seu opositor registrou pouco mais de 51 milhões de votos (48,36%, em valores percentuais).

Devemos registrar duas questões sobre sua vitória de Dilma. A primeira, que sua vitória expressou o triunfo de um programa que apontava para o aprofundamento de políticas anticíclicas como resposta à crise (BASTOS, 2018) sobre um programa de neoliberal ortodoxo, novamente rejeitado nas urnas pela maioria da população. A segunda, diz respeito à diferença de apenas três milhões de votos entre a petista e o tucano. Essa pequena margem indica que a base eleitoral lulista (SINGER, 2012), calcada no subproletariado, já não era inquestionável. Tanto não o era, que Aécio sentiu-se autorizado a pedir auditoria da votação. Isto é, a oposição não reconhecia – e nem reconheceria – o governo eleito em 2014. Assim, consideramos que Dilma Rousseff foi reconduzida ao Poder Executivo; porém, assumiria o mandato sob grave instabilidade política, a partir do questionamento da legitimidade de seu governo.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, apresentamos as variações no padrão do conflito distributivo de classes e sua reverberação no suporte político aos governos Lula e Dilma. Evidenciou-se que o esforço do governo federal em atrair os setores industriais da burguesia para um programa econômico de contornos desenvolvimentistas, em 2012, falhou. Posteriormente, sustentamos a hipótese de uma inflexão no conflito de classes em 2013 a partir de três eixos: o cerco político ao governo federal, visando a restauração de uma política neoliberal ortodoxa; a manifestação política de novas frações de classe a partir de junho de 2013, somada às greves do sindicalismo; e a resposta do governo federal aos protestos. Esse agravamento do conflito resultaria em fissuras na base política e social do governo, resultando em sinalizações de afastamento durante a eleição de 2014.

Os resultados parciais apontam que o acirramento do conflito de classes teve como consequência a substituição da estabilidade relativa que marcara os governos petistas por um período de instabilidade a partir de 2012. Dilma Rousseff foi reeleita presidente do Brasil em 2014, porém teve sua legitimidade questionada desde a vitória, abrindo caminho para um governo ameaçado de deposição a todo o tempo.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BARBOSA, Nelson. Dez anos de política econômica. Em: SADER, E. (org.) **Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais**. Boitempo editorial / FLACSO Brasil, p. 72-106, 2012.

BASTOS, Pedro Paulo Zaluth. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. **Economia e Sociedade**, v. 21, número especial, p. 779-810, dez., 2012.

_____. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea**, número especial, p. 1-63, 2017.

BOITO JR., Armando. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. Em: BOITO JR., A; GALVÃO, A (org.), 1ª ed. **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, p. 69-105, 2012a.

_____. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. Em: **FÓRUM DE ECONOMIA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS**, 9, FGV. 2012b.

_____. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. **Crítica Marxista** (São Paulo), v. 42, p. 155-162, mai., 2016a.

_____. Os atores e o enredo da crise política. Em: JINKINGS, I; DORIA, K; CLETO, M. (org). **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Boitempo editorial, p. 23-30, 2016b.

_____. Lava Jato, classe média e burocracia de Estado. **Revista Princípios**, v. 142, mai-jul., 2016c.

_____. **O conflito de classe por trás da crise institucional** [online]. Brasil de Fato, 07 de dezembro de 2016. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/12/07/o-conflito-de-classe-por-tras-da-crise-institucional/>>. 2016d. Acesso em: 07/12/16

BOITO JR., A.; SAAD-FILHO, A. Brazil: The Failure of the PT and the Rise of the “New Right”. **Socialist Register**, v. 52, p. 213-230, 2016a.



_____. State, State Institutions, and Political Power in Brazil. **Latin American Perspectives**, v. 1, p. 1-20, jan., 2016b.

BRAGA, Ruy. Sob a sombra do precariado. Em: MARICATO... [et al.]. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo / Carta Maior, p. 79-82, 2013.

_____. Os sentidos de junho. Em: BRAGA, R. **A rebeldia do precariado**. 1 ed. São Paulo: Boitempo editorial, p. 221-244, 2017.

BRAGA, Ruy; BIANCHI, Alvaro. Depois de junho: qual futuro para uma esquerda pós-petista? Em: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. (org). **Encruzilhadas da Democracia**. Porto Alegre: Zouk, p. 65-88, 2017.

BRESSER-PEIRERA, Luiz Carlos. Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico. **Revista de Economia Política**, vol. 36, nº 2, p. 237-265, abr.-jun., 2016.

BRINGEL, Breno. Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013. **Insight Inteligência**, n. 62, p. 42-51, jul-set., 2013.

CARDOSO, Adalberto. A mercantilização da vida coletiva e as jornadas de junho. **Insight Inteligência**, n. 62, p. 22-31, jul-set., 2013.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO; CENTRO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Por um Brasil com juros baixos** [online], 2011. Disponível em: < http://www.fiesp.com.br/por_um_brasil_com_juros_baixos/>. Acesso em: 10/04/18

HARVEY, David. **A brief history of Neoliberalism**. Oxford University Press, 2005.

_____. **The condition of postmodernity**. Blackwell Publishers, 1989 [1992].

IANONI, Marcus. Coalizão e política macroeconômica nos dois governos de Lula: do tripé rígido ao flexibilizado. **Ponto de Vista**, n. especial, p. 1-36, nov., 2016.

_____. Para uma abordagem ampliada das coalizões. **Revista Sinais Sociais**, v.11, n. 33, p. 131-203, jan-abr., 2017.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido!. Em: MARICATO... [et al.]. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo / Carta Maior, p. 19-26, 2013.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. Poulantzas e o conceito de 'burguesia interna'. **Revista Demarcaciones**, n. 2, out., 2014.

_____. Como identificar a classe ou fração hegemônica do bloco no poder?: apontamentos teórico-metodológicos. Em: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. (orgs.). **Encruzilhadas da democracia**. 1ª ed. Porto Alegre: Zouk, 2017.



MARX, K. **O 18 de Brumário de Luis Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MEDEIROS, Josué. **Para além do lulismo: o fazer-se do petismo na política brasileira (1980-2016)**. Tese em Ciência Política. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe. Democracia e sociedade de classes. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 9, p. 93-117, set-dez., 2012.

_____. Democracia fraturada: o golpe, os limites do arranjo concorrencial e a perplexidade da ciência política. Em: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. (orgs.). **Encruzilhadas da democracia**. Porto Alegre: Zouk, p. 45-64, 2017.

PALÁCIO DO PLANALTO. **Pronunciamento à nação, da presidenta Dilma Rousseff, por ocasião do dia do trabalhador**. Disponível em:

<<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-a-nacao-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-por-ocasio-do-dia-do-trabalho>>. 30 de abril de 2012. Acesso em: 10/04/2018.

_____. **Pronunciamento à nação, da presidenta Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e TV**. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv>>. 21 de junho de 2013. Acesso em: 10/04/2018.

_____. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante reunião com governadores e prefeitos de capitais**. Disponível em:

<<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-reuniao-com-governadores-e-prefeitos-de-capitais>>. 24 de junho de 2013. Acesso em: 10/04/2018

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

ROLNIK, Raquel. Apresentação. Em: MARICATO, E. [et al.]. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo / Carta Maior, p. 7-12, 2013.

SADER, Emir. A construção da hegemonia pós-neoliberal. Em: SADER, Emir. **Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais**. Boitempo editorial / FLACSO Brasil, p. 139-147, 2012.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Quem dará o golpe no Brasil?** [online]. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/uploads/quemdaraoGolpe.pdf>>. Acesso em: 05/08/2016.

_____. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.



SILVA, M. G.; LOURENÇO, B. S., CARVALHO, J. C. P. Hegemonia, fração de classe e financeirização do capital: Elementos para uma abordagem marxista e sistêmica sobre a crise política brasileira. **Revista de Ciências Sociais**, v. 49, n.1, p. 166-201, mar.-jun., 2018.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos**, n. 97, n. 3, p. 23-40, nov., 2013.

_____. Cutucando onças com varas curtas. **Novos Estudos**, v. 102, n. 2, p. 43-71, jul., 2015.

_____. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. Em: SINGER, A.; LOUREIRO, I. (org.). **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** 1. Ed. São Paulo: Boitempo, p. 21-54, 2016.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado**. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

TATAGIBA, Luciana. Os protestos e a crise brasileira: um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016). **Revista Sinais Sociais**, v.11, n. 33, p. 71-98, jan-abr., 2017.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

Conflito de classes no Brasil de 2003 a 2014: da estabilidade relativa à instabilidade do governo.

Rafael Polari de Alverga kritski

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil

rafaelkritski@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-4502-7034>

Endereço de correspondência do principal autor

Campus do Gragoatá – R. Prof. Marcos Waldemar de Freitas Reis, Bloco O, 2º Andar, Niterói/RJ, Brasil.

FINANCIAMENTO

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Processo 132794/2017-9.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](#). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO

Recebido em: 07 de dezembro de 2018

Aprovado em: 05 de outubro de 2019

